

EDITORIAL

O número 62 da revista *Vivência, Revista de Antropologia* traz à tona discussões da antropologia contemporânea, consolidando o perfil internacional da revista. Conta com a participação de pesquisadores de todo o território nacional e de especialistas que analisam questões relativas ao mundo global. É constituído por um dossiê composto de nove textos, além de cinco artigos de fluxo contínuo que apresentam textos reflexivos oriundos de pesquisas acadêmicas e de experiências metodológicas particulares. Inclui ainda um ensaio fotográfico e, ao final, a tradução de um texto clássico que continua a inspirar novas pesquisas etnográficas.

O dossiê “Debates atuais sobre consumo na antropologia e ciências sociais”, organizado por Eliane Tânia Freitas (UFRN, Brasil), Solange Riva Mezabarba (SANAI CETIQT, Brasil) e Filomena Silvano (NOVA FCSH, Portugal) aborda um tema central para o mundo contemporâneo e cujas discussões são desafiadoras e instigantes. Consolidada como área de pesquisa, a reflexão sobre o consumo e sua interface com o mundo virtual indica que as formas de consumo foram alteradas e ampliadas, o que provoca implicações sociais que merecem ser melhor entendidas. O dossiê, que parte da ideia de que o consumo é um fato social total, categoria utilizada por Mauss, reúne artigos que refletem sobre o consumo e suas práticas: sobre os processos de escolha, as novas formas de aquisição e acessos, fruição, experiências e descarte; novas representações sobre o consumo; a influência do mundo digital nas redes de sociabilidade, nos modos como nos relacionamos com o próprio corpo e habitamos o mundo atual, divididos entre o mundo digital e pela cultura material circundante. Há ainda uma discussão sobre como as plataformas digitais agregam serviços tanto voltados para a circulação e venda de bens materiais como de conteúdo informativo, educacional e de entretenimento e como isso implica em processos de governança, mercantilização e infraestrutura de dados.

Em termos gerais, são abordados temas ligados à relações de consumo contemporâneos no esporte, com a participação das mulheres em jogos no Sport Club do Recife; na cultura pop, a partir do exemplo de um coletivo juvenil de João Pessoa (PB); nas redes sociais, em perfis de blogueiras que traduzem estilos de vida ligados ao minimalismo e ao veganismo para seguidores das classes populares; nos jogos de imersão virtual, que dão acesso a mundos, avatares, histórias e atmosferas diferenciadas; no mercado cosmético e da beleza, em ambientes virtuais e em encontros presenciais; na discussão sobre alternativas de consumo, durante a pandemia de COVID 19, no qual são identificados subgrupos de consumidoras que se apresentam como anticapitalistas e que discutem o papel do corpo, dos afetos e das emoções nas ações políticas no campo do consumo; na

relação entre o ativismo e o consumerismo cívico, caso exemplificado em relação à *Sleeping Giants Brasil* no Instagram, entre outros aspectos.

Soma-se à essa edição ensaios reflexivos que dão conta da diversidade temática da disciplina o artigo “Mulheres muçulmanas nos usos do véu islâmico no Nordeste do Brasil”, escrito por Maria Patrícia Lopes Goldfarb e Vanessa Karla Mota de Souza Lima, da Universidade Federal da Paraíba, que amplia o debate sobre o campo da antropologia do Islã no Brasil e inova ao focar no Nordeste. Apesar de sua importância global, o campo ainda é restrito na antropologia brasileira e, em termos sociais, marcado por tabus, polêmicas e visões estereotipadas sobre o Oriente que precisamos rever. Cabe notar que o uso do véu islâmico é um fenômeno que aumentou nos últimos anos em termos mundiais e nacionais. Ganhou visibilidade na mídia, nas redes sociais, na academia, tanto por questões vinculadas à área do gênero, mas também à debates sobre a sujeição feminina na religião muçulmana, e ainda à eventos internacionais com impactos globais, como a explosão das torres gêmeas nos EUA em 2001 e atual guerra na Faixa de Gaza, por exemplo. Estas questões incidem diretamente sobre as representações mais usuais sobre o Islã e as pesquisas etnográficas são importantes quando nos convidam a transcender a esses limites. Na pesquisa realizada por Goldfarb e Lima fica evidente que, para as interlocutoras, as mulheres muçulmanas nordestinas portadoras do *hijab*, o uso do véu tem grande importância religiosa, mas não deve ser visto como um item de uso obrigatório. Ganha maior sentido ao se vincular às experiências diárias de resistência diante de preconceitos e de Islamofobia vivenciados no cotidiano. Apesar dos significados locais, indicam que o uso do véu é uma forma de experienciar a religião e de reafirmação identitária mas não necessariamente de renúncia à sua autonomia e formas de agência. Vivendo em um contexto em que são minoria, porém, elas sabem que ao usá-lo, terão suas relações sociais, familiares e de trabalho impactadas.

O artigo “Slams: percursos poéticos em comunidades de periferia em Salvador- BA”, elaborado por Danielle Lacerda da Gama, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), aborda as competições de poesia conhecidas mundialmente como *Slams* e que tem se popularizado em locais periféricos de centros urbanos como forma de expressão das sociabilidades locais. Neste texto, fundamentado em pesquisa etnográfica na cidade de Salvador, é possível perceber como o *Slam* se constitui como um potente fenômeno de afirmação étnico-racial, abrindo espaço para a valorização e o reconhecimento de discursos e locais usualmente marginalizados. No caso da análise realizada, evidencia-se que a cena artística e o ativismo cultural nas periferias, onde experiências de repressão e desigualdade são compartilhadas, são transformados em formas de resistência, o que contribui para a potencialização de corpos e de vozes que resistem e recriam alternativas de existência.

Por sua vez, “Identidade e territorialidade étnica em face da judicialização de conflito”, escrito por Eliane Rodrigues Teles, da Universidade Federal do Pará, analisa o processo de reconhecimento de um território etnicamente configurado como quilombola, fundamentando-se em pesquisa de campo com os autodenominados quilombolas do rio Gurupá localizados no arquipélago de Marajó, no estado do Pará. O texto trata da mobilização por reconhecimento territorial e da constituição de novas formas político-organizativas adotadas por esse coletivo para que possam se adequar às questões normativas do direito brasileiro e acessar direitos assegurados legalmente no que concerne ao reconhecimento de seu território, fenômeno atravessado pela burocracia estatal e pela judicialização de suas demandas. Indica, ainda, que a sensibilidade jurídica dos quilombolas é recorrentemente confrontada por projetos do agronegócio, políticas de regularização fundiária e ambiental estatais que desqualificam o fator étnico. A despeito de todas as adversidades e de seu aspecto trágico, a mobilização política do grupo tem sido fundamental para que tenham acesso a direitos e para a proposição de políticas de permanência no território que coadunam com sua visão e o modo de vida.

Os artigos “Oficinas de antropologia com crianças: notas sobre uma experiência”, elaborado por Valéria Martins *et. al.*, e “O saber etnográfico e sua contribuição à escrita acadêmica criativa: reflexão de uma experiência de ensino”, de Juliana Bazzo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se somam à discussão sobre a relação entre antropologia, educação e cidadania. O primeiro, fundamentado em um projeto de extensão vinculado à Universidade de Uberlândia, relata a experiência acerca da realização de oficinas de antropologia com crianças entre sete e doze anos, na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, focando no processo de implementação de oficinas, em questões de cunho metodológico, na importância de uma sensibilização para a diferença e para uma educação inclusiva, questões centrais para a antropologia. O segundo relata uma experiência de ensino-aprendizagem em uma disciplina de antropologia que, embora não focada na escrita, norteou-se por desenvolver o potencial criativo da redação, fomentado pela leitura sistemática de narrativas etnográficas e pela valorização de diferentes estilos de escrita. Nos faz refletir, entre outros aspectos, sobre a sala de aula como um ambiente de possibilidades que, a despeito das adversidades e das limitações, deve ser analisada do ponto de vista de quem a habita. Reiterando bell hooks, as autoras destacam a importância da educação para a liberdade e para vivência cidadã.

Contamos também com o ensaio fotográfico “Ribeirinhos amazônicos e vulnerabilidades”, elaborado por Nyvia Lima e Nádile de Castro, ambas da Universidade Federal do Pará, que captura o modo de vida e elementos simbólicos presentes nas dinâmicas de atuação da equipe do SUS na comunidade ribeirinha do rio Meruú, em Igarapé-Miri/Pará.

A edição finaliza com a tradução do texto “O testemunho”, (*Le témoignage*), de autoria de Nathalie Heinich, especialista em sociologia da arte, e de Michael Pollak, sociólogo conhecido por sua obra pioneira sobre os sobreviventes dos campos de concentração e do HIV/AIDS, falecido precocemente. Continua sendo um texto de excelência e atual. O artigo foi inicialmente publicado em um número especial, "A ilusão biográfica", da revista "*Actes de la recherche en sciences sociales*", em 1986 e somos gratos à autora e à revista por terem autorizado a tradução desse texto, que traz *insights* importantes e mostra como a escolha de um método determina em grande medida os resultados da pesquisa. Demonstra igualmente perspectivas teóricas relevantes para os estudos sobre a identidade e a transmissão dos relatos memoriais, mostrando as dificuldades que as pessoas que viveram situações extremas têm ao testemunhar.

O convite à leitura está feito!

Juliana Melo
Julie Cavnac
Carlos Guilherme Valle